



Câmara dos Deputados

PROJETO DE LEI Nº 2.614, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Emenda ao substitutivo do relator apresentado ao projeto de lei n.º 2.614, de 27 de junho de 2024 que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº ___, DE 2025

Art. 1º. A Estratégia 13.7 do Objetivo 13 passa a vigorar da seguinte forma:

"Estratégia 13.7. Diversificar a oferta e incentivar a flexibilização curricular, consideradas as demandas do mundo do trabalho, da sociedade, dos territórios e, especialmente, das populações em contextos de vulnerabilidade socioeconômica."

Art. 2º. As Estratégias 14.7 e 14.10 do Objetivo 14 passa a vigorar da seguinte forma:

"Estratégia 14.7. Garantir recursos para o fortalecimento e a ampliação de políticas afirmativas e de assistência estudantil, e processos seletivos e infraestrutura adequados aos diferentes públicos, de forma a promover, efetivamente, o acesso, a participação, a permanência e a conclusão da graduação a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e do público-alvo da educação especial.

Estratégia 14.10. Instituir avaliação periódica das políticas afirmativas, de assistência estudantil e de acessibilidade para o seu contínuo aperfeiçoamento, considerada a participação na composição do corpo discente de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e público-alvo da educação especial."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade aprimorar as Estratégias 13.7, 14.7 e 14.10, conferindo-lhes maior clareza, objetividade e coerência técnica, em conformidade com os princípios da universalidade, equidade e eficiência que orientam as políticas públicas educacionais. As redações originais, ao





Câmara dos Deputados

elencarem grupos identitários de forma exaustiva, acabavam por gerar redundâncias e dificultar a implementação das políticas de forma integrada. A nova redação propõe um enfoque mais abrangente e técnico, centrado nas condições socioeconômicas e educacionais que efetivamente limitam o acesso e a permanência de estudantes na educação profissional e superior, bem como no público-alvo da educação especial, definido pela Lei nº 13.146/2015.

A reformulação da Estratégia 13.7 fortalece a vinculação entre a educação e as demandas do mundo do trabalho e dos territórios, orientando a flexibilização curricular de modo a contemplar contextos reais de vulnerabilidade e desenvolvimento local. Já as Estratégias 14.7 e 14.10 reafirmam o compromisso com o fortalecimento e a avaliação contínua das políticas afirmativas e de assistência estudantil, com base em critérios mensuráveis de vulnerabilidade e inclusão, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de forma equitativa, transparente e orientada por resultados. Dessa forma, a emenda preserva a essência inclusiva das metas, mas aprimora sua operacionalização, promovendo justiça social, racionalidade administrativa e efetividade nas ações do Plano Nacional de Educação.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Dep GILBERTO NASCIMENTO
PSD/SP

